



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XI - Nº 198 - 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 2000 - R\$ 1,00

**Liberdade aos presos políticos do MST!
Fim dos processos contra os lutadores!**

**Congresso da CUT: sem operários, sem base,
a burocracia decide pela política conciliadora**

**PLEBISCITO: DIREÇÕES ENGANAM COM A
TAL AUDITORIA. PELO NÃO PAGAMENTO
DA DÍVIDA EXTERNA, SÓ COM LUTA**

**A campanha eleitoral do PT é burguesa.
A campanha das esquerdas é eleitoreira.**

**O POR chama o
VOTO NULO**

PROGRAMÁTICO

Pelo partido operário revolucionário

Pela Revolução Proletária

Pelo Governo Operário e Camponês

**60 anos do assassinato de Leon Trotsky
EM DEFESA DO MARXISMO E DA REVOLUÇÃO**

Mais repressão ao MST:

Tribunal burguês condena sem-terra e absolve oficiais assassinos

Em agosto de 1995, a polícia militar de Rondônia, acompanhada de jagunços, invadiu de madrugada o acampamento dos sem-terra, que ocupavam a fazenda Santa Elina, e mataram 10 camponeses. No confronto, morreram dois policiais. A chacina dos sem-terra chegou ao requinte de crueldade de obrigar alguns dos sem-terra a comer os miolos de um de seus companheiros. Também foi assassinada Vanessa, de 7 anos.

Somente depois de cinco anos é que se realizou o julgamento. Tudo foi cuidadosamente preparado para se evitar a condenação dos policiais e punir duas lideranças da ocupação. O processo contra os policiais incide apenas sobre quatro mortos, isso porque foram executados depois de presos, os outros seis ficaram de fora por não se identificar nomeadamente os assassinos. Como se vê, o processo e o julgamento foram montados para livrar a responsabilidade dos genocidas e condenar os sem-terra, que de vítimas foram apresentados como criminosos.

Os primeiros resultados da fraude estão expostos. Dois soldados foram condenados por terem sido identificados como executores. Um soldado e dois oficiais receberam absolvição por se considerar que não há provas. Os dois sem-terra foram condenados, embora não se tenha nenhuma prova de que sejam eles os autores da morte dos dois soldados. É bem possível que outros seis policiais, que ainda serão julgados, entre eles dois comandantes, sejam absolvidos. Ficam de fora do julgamento os fazendeiros que financiam os jagunços, o restante da tropa invasora do acampamento, e as autoridades governamentais responsáveis, em última instância, pelo aparato de repressão.

O assassinato dos camponeses de

Corumbiara expressa a luta de classe no campo. Ou seja, o confronto entre trabalhadores sem-terra e burgueses latifundiários, com a intervenção do Estado a favor do poder econômico. Eis por que o julgamento é um julgamento de classe. O promotor Tarcísio Leite Matos, que foi afastado do julgamento, expôs abertamente o conteúdo de classe do processo. Disse: "ou o Brasil acaba com os sem-terra ou os sem-terra acabam com o Brasil". Foi afastado porque revelou o caráter burguês e político do julgamento.

A Justiça é apresentada como neutra, mas na verdade ela faz parte de todo sistema de proteção da classe burguesa e de fundamento do direito capitalista de explorar os trabalhadores até levá-los à miséria.

Apesar dos acontecimentos mostrem que se trata de assassinato de classe, o poder burguês mantém a formalidade jurídica do processo. O afastamento do promotor que mostrou a que ideologia o Tribunal está submetido objetiva manter a máscara de "justiça". Vem no sentido de acobertar o principal da farsa: não indiciar as autoridades que estão por detrás do genocídio e os latifundiários, que organizam milícias de jagunços; não condenar os comandantes e excluir do processo a maioria da tropa que atacou os sem-terra. A condenação de dois soldados só veio a ocorrer porque não foi possível acobertar a execução dos sem-terra. No final das contas, mesmo esses condenados terão proteção do Estado. Servem apenas de máscara para o Estado manter as aparências jurídicas e obscurecer a essência do genocídio: o assassinato de camponeses pela classe capitalista latifundiária.

Diante de acontecimentos dessa natureza, lembramos a chacina de Eldora-

do de Carajás e as mortes dos operários da CSN, em Volta Redonda por ocasião da ocupação da fábrica, temos chamado os trabalhadores a não confiarem na Justiça burguesa e nos seus defensores de esquerda, que apregoam os direitos humanos como um valor a ser assumido pelo Estado dos opressores. Defendemos a constituição de um tribunal popular para julgar os crimes da burguesia contra os explorados e que a punição dos genocidas só ocorrerá através da luta de classes, jamais por intermédio da Justiça dos exploradores. Também defendemos o direito dos oprimidos se auto-defenderem contra a violência reacionária da burguesia, seja ela legalizada pelo Estado ou semi-legalizada, como é o caso das milícias de jagunços. É o monopólio do poder armado da classe capitalista para proteger os seus interesses de minoria que leva às mortandades de trabalhadores indefesos. Trata-se, portanto, do movimento operário e camponês impor, através da luta, o seu direito de defesa contra a fome, miséria e contra o poder armado dos exploradores, bem como ter sua justiça de classe.

A lição do confronto em Corumbiara, a do sangue dos camponeses assassinados e da farsa do Tribunal burguês resume-se na idéia de que os trabalhadores devem tomar todos os problemas em suas próprias mãos.

Não a prisão dos sem-terra condenados!

Tribunal popular para julgar e punir os genocidas!

Liberdade imediata de todos os presos políticos do MST!

Fim de todos os processos contra o MST!

Fim dos latifúndios! Entrega das terras aos camponeses pobres!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Concut

Uma direção pequeno burguesa para a CUT

Como era esperado, o 7º Congresso da CUT elegeu para presidente João Felício, ex-presidente da Associação de Professores de São Paulo. Obteve 56,9% dos votos (1285 dos 2276 votos). Cresceu o domínio da corrente Articulação Sindical, braço do PT.

Congressos anteriores já indicavam a desproletarização da CUT. A esmagadora maioria dos delegados não são operários fabris.

Vejamos a composição: metalúrgicos, 185 delegados (8%); rurais, 415 (17,9%); funcionalismo, 238 (10,3%); professores, 589 (25,5%); seguridade social, 174 (7,5%); sistema financeiro, 172 (7,4%). Constatamos que o funcionalismo público é majoritário, o proletariado tem uma representação ultraminoritária. Trata-se de uma central assentada na pequena-burguesia. É preciso também dizer que a maioria dos delegados faz parte da burocracia sindical, distante dos problemas vividos nos locais de trabalho.

A eleição de João Felício corresponde a essa base social. A classe operária, que pelo lugar que ocupa na produção está em total oposição à classe capitalista, se encontra afastada da CUT. A política da Articulação/PT, ao longo do tempo, foi de desmonte da influência das bases proletárias. Isso sob a condução de burocratas sindicais vindos da classe operária, como Lula, Meneguelli, Vicentinho.

A total corrupção dessas lideranças se evidencia no carreirismo parlamentar e no eleitoralismo. Os sindicatos e a CUT, no começo temida pelos exploradores, serviram e servem para os burocratas ascenderem ao mundo burguês. Não é por acaso que, agora, cedem lugar fisicamente a um representante da pequena-burguesia na condução da Central.

A camada de operários burocratas contraíram alianças com a camada de politiquês da pequena burguesia, para formularem a linha reformista e de adaptação ao democratismo burguês. Constituíram o PT e passaram a atuar como uma força organizada no movimento social. Com o democratismo pequeno burguês e o burocratismo sindical, ganharam espaço na política

burguesa (estatal) e rapidamente desfiguraram a CUT. Amorteceram o movimento grevista e quebraram em inúmeras situações a unidade de combate das massas. Passaram a formular a diretriz de que a luta de classe já não é o motor das conquistas e transformações. Estimularam a falsa idéia de que os capitalistas se tornaram mais democráticos com os sindicatos e substituíram o confronto pela negociação.

Na verdade, a burocracia sindical foi arregimentada (cooptada) pela política burguesa nas novas condições de crise econômica (superprodução, estagnação, abertura pró-imperialista, demissão em massa, rebaixamento salarial, reformas antipopulares).

A cúpula da CUT se aproximou da social-democracia internacional, um braço da burguesia imperialista nos sindicatos, e passou a seguir fielmente sua orientação. A palavra de ordem dos reformistas é evitar, o quanto puder, greves radicais e unificadas, que oponham frontalmente explorados e exploradores.

O descontentamento das massas é trabalhado no sentido de convencê-las que as eleições são o caminho para solucionar a fome e miséria. Diante dos choques grevistas inevitáveis, os burocratas vão em busca do apoio de parlamentares e setores da Igreja, desviando a luta para promessas legislativas e acordos governamentais em favor dos empresários (acordo automotivo, câmaras setoriais etc).

A prática antigrevista e antidemocracia operária vem acompanhada de um conjunto de explicações e bandeiras da democracia pequeno-burguesa, como cidadania, humanização, direitos humanos, diálogo entre atores sociais, campo democrático e popular, governo democrático e popular, excluídos (para substituir o conceito de classe) e outra bugigangas. Uma rede intelectuais acadêmicos foi constituída para espalhar tais idéias, como se fossem originais e não fossem prato requentado de velhos ideais reformistas e nacionalistas, que se mostraram reacionários nos momentos mais duros da luta de classe.

Basta que se leia as Teses da Articulação Sindical (criticada no Massas 197)

para se comprovar a velharia social-democrata.

Mas há ainda um outro aspecto desse 7º Concut que chama a atenção. As oposições (concorreram 3 chapas contra a da Articulação) se mostraram incapazes de travar uma luta em torno de um programa proletário. Nenhuma das correntes se posicionou pela estratégia da revolução proletária e pelos métodos da luta de classe. Colocaram-se à esquerda do reformismo, mas sem traçar uma linha de confronto de classe conta a política pequeno burguesa imperante. Ocorre que os opositores continuam atados ao PT, portanto ao reformismo. Negam-se a caracterizar o PT como um partido integrado à ordem burguesa e, portanto, contra-revolucionário. No Massas anterior, fizemos uma crítica mais pontual à conduta dos opositores.

A ausência de uma fração revolucionária no movimento operário indica a profundidade a que chegou a crise de direção em nosso país. Temos consciência de que o caminho para superar esse vazio começa por uma delimitação programática e de método de luta com o reformismo social-democrata que dirige a maior parte dos sindicatos e a CUT. A luta ideológica contra os mascarados defensores do capitalismo deve se dar no seio do movimento social. Não se pode obscurecer em nada a crítica ao reformismo contra-revolucionário.

Tarefas frente à burocratização da CUT

Defender que a CUT seja colocada nas mãos da classe operária; o proletariado deve ser maioria na Central;

Derrotar a política social-democrata do PT e seus aliados; eliminar da Central a linha de conciliação de classe, o eleitoralismo e a submissão ao jogo parlamentar;

Desburocratizar a Central; implantar a democracia operária, congressos constituídos por delegados eleitos nas bases, com vínculo direto nos locais de trabalho; congresso anual; reconstituição das regionais e zonais; organização de comitês de base; a direção deve ter vínculo com o trabalho, eliminação do profissio-

nalismo burocrático-sindical; nenhum dirigente ganhar mais que o salário médio da classe operária; controle das finanças por um organismo independente da direção, eleita em congresso; rompimento com os condicionamentos financeiros externos; direito igual de todas as correntes defenderem suas teses, com a

devida publicação; rodízio na eleição da direção; proporcionalidade na composição da direção; revogabilidade de mandato.

Romper com os organismos sindicais internacionais que representem interesses estranhos aos da classe operária internacional; defesa do

princípio do internacionalismo proletário, da estratégia da revolução proletária.

Colocar-se pela constituição de uma frente única antiimperialista, pela aliança operário e camponês e defesa radical das reivindicações vitais das massas.

Vicentinho rejeita a imagem de defesa da greve PT e o “pacto pela governabilidade”

O ex-presidente da CUT, agora candidato a prefeito em São Bernardo do Campo, pelo PT, quer firmar com os patrões um compromisso de que não irão boicotar seu governo, caso seja eleito. O “pacto pela governabilidade” é um dos três objetivos de sua campanha eleitoral. Soma-se a ele a necessidade de “amenizar a imagem negativa que 20 anos de defesa da greve e manifestações e pedir aos empresários apoio, declaração de voto e dinheiro também, se for contribuição dentro das regras”.

Veja a que ponto chega o burocrata, que dirigiu a Central por 6 anos. O compromisso com os empresários (pacto) e governo não é novo para Vicentinho. É só lembrar o papel traidor na reforma da Previdência. O governo FHC, com a ajuda de Vicentinho acabou com o tempo de serviço para a aposentadoria e impôs o tempo de contribuição. Também não é novo o seu ataque às greves, ao método de luta das massas trabalhadoras. O demagogo Vicentinho passou a se opor abertamente às greves, utilizando-se das negociações com os patrões, com os parlamentares e governo. Combate a radicalidade grevista dos trabalhadores e

defende o pacifismo burguês. Por fim, o interesse em arrancar dinheiro para sua campanha, também não é privilégio seu. O PT sempre fez campanha com recursos de um setor do empresariado. Basta ver a campanha de arrecadação de Marta junto aos capitalistas.

Como se vê, nada tem de novidade na campanha eleitoral de Vicentinho: segue a política de integração dos reformistas no Estado burguês. O que aparentemente é novo é a preocupação em “limpar a imagem de líder grevista” para atrair os patrões e o dinheiro. Em reunião com os empresários, disse que “É injusto me julgar hoje pelos meus atos dos anos 80. Era uma época muito radicalizada, em que havia pouco espaço para negociação e tínhamos de recorrer à greve, diferente de hoje”. Não se trata de apenas agrado aos empresários, mas sim da política do PT para a CUT: uma política de não enfrentamento e de “pactos”. O “pacto da governabilidade” é uma extensão do “pacto” das direções sindicais com o governo e os patrões (conciliação de classe). A prova mais concreta é que Vicentinho foi buscar “novas idéias”, para governar o centro operário do

ABC, na Europa, EUA e com Mandela. Quer se tornar um Wim Kok (primeiro-ministro da Holanda), que no passado foi líder trabalhista.

Vicentinho quer chegar alto ajudando os exploradores a pisarem sobre a classe operária, classe a que um dia pertenceu. Certamente, o caso de Vicentinho não é único. Há centenas de dirigentes sindicais operários que se corromperam na política burguesa e passaram a usar os organismos da classe operária para auxiliarem os capitalistas e seu Estado a sustentarem o sistema de opressão da maioria.

Todo e qualquer operário que se torna dirigente nos sindicatos sem que faça parte de um partido revolucionário, ou seja, que coloque sua vida a serviço do programa da revolução e ditadura proletárias, fatalmente se tornará um burocrata e traidor. A luta por se constituir um partido no seio da classe operária e formar a vanguarda na teoria marxista-leninista-trotskista é o único caminho para combater os corrompidos burocratas e libertar as organizações operárias da influência patronal. Fora os Vicentinhos da CUT e sindicatos! Fora os burocratas serventes dos patrões!

Natal (RN)

PSTU afirma já que apoiará PT no segundo turno

Em Natal, o PSTU lançou candidato próprio à prefeitura. Segundo seu candidato Dário Barbosa, a alinagem com o reformismo só não foi feita no primeiro turno porque “o PT se juntou com os partidos da burguesia”.

Mas a “independência de classe” do PSTU acaba no dia 1º de outubro. A partir daí, já anunciou, apoiará a candidata Fátima Bezerra no segundo turno, desde que os potenciais aliados aceitem algumas das condições do seu partido.

Assim, o PSTU renuncia de antemão à sua própria candidatura, antecipando o apoio ao mesmo reformismo que está coligado com os partidos burgueses. Para os pseudo-trotskistas, no segundo turno não há problema em fazer frente com os partidos burgueses, desde que aceitem algumas condições. Se aceitarem, sabemos que será mera formalidade; se não, o PSTU apoiará o PT do mesmo jeito. Mas que farsa! O PSTU apóia o reformismo porque é

parte de sua estratégia de chegar ao governo dos trabalhadores. Os floreios e enfeites que possa fazer para esquerdizar esse apoio só podem servir para aumentar as ilusões das massas no reformismo e na democracia burguesa, portanto colaboram com a preservação da opressão social.

Mais uma vez se comprova que a única alternativa independente de classe nestas eleições é o voto nulo programático.

Mossoró (RN):

Eleições municipais: PT e PSTU seguem submissos a burguesia

As eleições municipais em Mossoró têm sua versão da aliança do reformismo com a burguesia. A Frente Popular é composta por PT, PCdoB e PDT. Este último, claramente burguês, abrigava até pouco tempo uma das alas da oligarquia Maia. É um defensor público da manutenção do capitalismo.

A candidatura do reformismo baseia-se em mostrar uma suposta honestidade e em defender a segurança como fortalecimento dos aparelhos repressivos do Estado. Os candidatos da frente sucumbem a lógica do poder econômico de modo que aqueles de mais condições financeiras se sobrepõem aos outros.

A esquerda do PT não é diferente

A Tendência Marxista (TM/PT) semeia ilusões nos trabalhadores no regime eleitoral. No seu panfleto escreve-se: "(...) na Câmara Municipal se decide os destinos dos recursos públicos, os rumos do desenvolvimento da cidade, etc. Portanto, é preciso escolher com cuidado o vereador que lhe apresentará nos próximo quatro anos(...)". nenhuma crítica ao regime capitalista, nenhuma palavra de que as

eleições são o palco de luta privilegiado da burguesia, um engodo. Pois o poder econômico é quem define.

A Câmara Municipal não tem o poder. São os lobbies dos detentores do poder econômico quem define os rumos da cidade e o destino dos recursos públicos. A Câmara só faz ratificar e cumprir seus compromissos com aqueles grupos econômicos que lhes apoiaram.

Além de tudo isto, a TM (PT) está utilizando o informativo do sindicato que dirige para fazer propaganda política de seu candidato, numa clara postura de aparelhamento da entidade.

PSTU: dois pesos e duas medidas

O PSTU afirmou em seu programa político (de 17/08) da vereadora, presidente do sindicato da saúde, de que não entraram na Frente em Natal - capital do Estado - porque o PT preferiu se unir com os partidos da burguesia, numa evidente referência ao PDT. Porém, em Mossoró, o PSTU apóia a Frente Popular que possui o mesmo PDT.

Como se não bastasse, defenderam em seu programa de 16/08 a CPI com mobilização de massas - tentando se di-

ferenciar do PT. Assim, conforme acredita seu candidato a prefeito em Natal, a CPI não acabará em pizza. Mas no que foi que acabou a CPI de Collor? Faltou mobilização? E a de Pitta?

Voto nulo programático

O POR em Natal e Mossoró está defendendo o voto nulo programático por entender que as candidaturas de conciliação de classe se colocam por manter a exploração capitalista da classe trabalhadora. Além disso, por estar impedido, devido à legislação burguesa, de apresentar candidatos revolucionários.

O PSTU, pseudo-trotskista, limita-se a se apresentar um pouquinho a mais à esquerda do que o PT, culminando, assim, em propostas nos marcos da institucionalidade burguesa, preparando apenas o caminho para o apoio ao PT no 2º turno.

Desta forma, convocamos os trabalhadores a construir o Partido Operário Revolucionário para por fim a demagogia eleitoralista do reformismo e centrismo e a enganação burguesa. Para este fim, **VOTO NULO PROGRAMÁTICO**, votar em defesa do Programa Revolucionário.

Rio Grande do Norte: estado marcado pelo atraso econômico e político (I)

O Estado do Rio Grande do Norte é marcado pelo atraso econômico e político. Suas atividades econômicas principais são a produção de petróleo e a exportação de frutas. Seu "pólo" industrial fica na cidade de Extremoz, sem muita significância do ponto de vista econômico. Sua política é dominada pelas oligarquias Alves e Maia: é marcada pelo clientelismo. Não há prefeito que não esteja ligado a um esquema ou outro.

Natal, capital do Estado, caracteriza-se pelo turismo como atividade econômica principal, encontra-se atualmente em crise. Poucos são os hotéis que conseguem sobreviver aos pe-

ríodos de baixa estação. A tentativa de criar uma região com indústrias em suas proximidades esbarrou na crise do capitalismo: mesmo com subsídios de cerca de 40%, as construções estão emperradas; o emprego prometido pelo governador dos Alves não veio. Os postos de trabalho criados no Estado são em número menor dos que os fechados.

Em Mossoró, segunda maior cidade do Estado, a atividade principal é a extração de petróleo em terra. Além disso, possui a instalação da Maísa, responsável pela exportação de cerca de 80% das frutas do Estado. Esta riqueza da cidade a fez crescer e concentrar uma grande população. No entanto, o domínio políti-

co dos Rosados - proveniente da sua dominação econômica -, mantém a cidade no atraso cultural. De modo que todo este potencial econômico não é acompanhado da elevação cultural dos trabalhadores.

A política em Mossoró é dominada totalmente pelos Rosados. Família tradicional da cidade, possui o controle político há dezenas de anos. Controlam tudo, até a oposição: a família desunida por causa das disputas pelo controle do Estado, possui uma ala "oposicionista". Para se ter uma idéia, dos quatro candidatos a prefeito da cidade atualmente, três são da família Rosado.

Por tudo isso, a situação dos traba-

lhadores é de miséria, opressão, inteiro descaso. Em todo o Estado, a dengue tem castigado a classe mais proletarizada. Esta doença levou a evidência da falta de saneamento básico (15% somente). Os hospitais, por sua vez, são sucateados (Mossoró e Natal), quando existentes. A maioria dos interiores enviam seus doentes para a capital. A corrupção toma conta da política onde o SUS não passa despercebido. Isto é tão generalizado que a idéia comum dos trabalhadores é que todos roubam, o problema é como (que não seja às claras) e quanto (que não seja muito).

As ONGs e suas políticas pró-imperialistas

A política desenvolvida pelas ONGs (Organizações Não-Governamentais) vem sendo noticiada pela imprensa como se estas organizações tivessem como objetivo único o combate à política dos governos e dos grandes capitalistas. Tal idéia vem se apresentando nas manifestações contra a poluição ambiental, a destruição de florestas pelas madeireiras, como defensores das minorias, em defesa do pleno emprego, em favor dos pobres etc. Todo esse discurso deve ser cuidadosamente avaliado para entendermos qual o verdadeiro interesse de tais "instituições filantrópicas".

É verificado um alarmante crescimento das ONGs nos últimos trinta anos, de 3200 para 32000, onde, só no Brasil, estas instituições já ultrapassam os 200.000. Mas como explicar o crescimento dessas instituições na atual conjuntura? Existe um objetivo dos organismos imperialistas em continuar a superexploração nos países semicoloniais e os altos juros cobrados pelos seus "empréimos" comprovam a crise capi-

Na educação, faltam cadeiras, os professores são alunos universitários (às vezes do 1º período) que não recebem há cerca de oito meses, o salário é arrojado e em Mossoró a perseguição política é corriqueira. O desemprego é grande e, para piorar, em Natal e Mossoró, as prefeituras dificultam a regulamentação dos transportes alternativos (vans ou mototáxis) querendo fixar no menor número possível. Em Natal, isto não poderia ser diferente, os empresários do setor de transportes são dos que mais e frequentemente contribuem com as campanhas da prefeita.

talista, ou seja, o aumento da miséria, analfabetismo etc. Para conter a idéia de superexploração, os próprios organismos internacionais investem nas ONGs para que estas assumam o papel de "participante na resolução das questões sociais e que essa parceria (ONG-Banco Mundial), sustentem toda a política implementada através dos projetos.

Só no Brasil, o BID está destinando 45 milhões de dólares nos próximos 5 anos para os famosos programas de preservação ambiental. Um milhão serão repassados para os projetos aprovados. Além de atrair a atenção de grandes capitalistas para a criação de ONGs, a falsa idéia de preservação ambiental faz que estes envolvam suas propriedades nestes projetos e em troca recebam isenção do imposto territorial rural.

A política desenvolvida pelo Banco Mundial é de que as relações de produção como estão montadas hoje não precisam ser modificadas e que todos os problemas gerados como empobrecimento brutal das massas, destruição de

As chuvas castigaram o Estado, o rio Mossoró está morrendo, nesta cidade são cerca de 7 a 11 favelas (os números não são exatos devido a definição esdrúxula do IBGE de bairros carentes).

No Estado do Rio Grande do Norte, o Partido Operário Revolucionário (POR) organiza-se tendo em vista a resolução destes problemas. Como método para a conquista de nossas reivindicações, defende a mobilização, organização e luta de massas contra as oligarquias e seu sistema explorador capitalista (oligarquia e os partidos).

postos de trabalho, analfabetismo etc., devem ser combatidos com as chamadas reformas sociais, as quais os governos e as ONGs devem implementar. Só os governos investem 40% de todo dinheiro gasto por estas instituições. Para os países semicoloniais, os investimentos vêm dos países imperialistas, sendo que 80% das ONGs ativas no Brasil são financiadas por estas verbas.

Como se vê, a política das ONGs de independência dos governos e dos organismos internacionais torna-se falsa. Na verdade, ao mesmo instante em que o imperialismo saqueia as semicolônias, as ONGs (financiadas pelos organismos imperialistas) desenvolvem uma política assistencialista, deixando claro seu papel contra-revolucionário. Em nenhum momento é questionado esse sistema de exploração. Os trabalhadores devem rechaçar essa política ditada pelos organismos internacionais acreditando nos seus métodos próprios de luta: greve, ocupação, manifestações etc.).

Mossoró (RN)

Calourada de Pedagogia foi um passo para a mobilização e luta

A calourada de pedagogia ocorreu no dia 09 de agosto, e serviu para denunciar a tentativa do governo Estadual (PMDB) - aliado do federal (PSDB/PFL) - em sucatear a UERN, como também, para elevar culturalmente as estudantes.

O membro da Corrente Proletária foi convidado para proferir palestra sobre a política do governo federal de passar as universidades que tem licenciaturas para as instituições superiores de ensino. A ameaça de descredenciamento da UERN é presente. Neste sentido, a CP defendeu o boicote ao provão e a organização estudantil em um Centro Acadêmico (CA) com

programa revolucionário, único capaz de combater consequentemente os interesses escusos da burguesia. A parte cultural ficou a cargo dos poetas da cidade engajados na crítica social.

Agora é fortalecer o CA, conscientizar os outros e lutar no próximo semestre para derrotar o Provão do governo burguês.

Consulta popular

O não pagamento da dívida externa é uma bandeira antiimperialista

O gigantesco endividamento do Brasil com as potências é conseqüência do domínio mundial do capital financeiro. O sistema capitalista está dividido em países imperialistas (opressores) e países semicoloniais (oprimidos), formando uma unidade. A lei de acumulação de capital e concentração da propriedade dos meios de produção, baseada na lei de exploração do trabalho, integra e ao mesmo tempo opõe um pequeno número de nações (que alcançaram alto desenvolvimento econômico) a um grande número de nações atrasadas. O regime capitalista se constitui sobre a base da opressão de classe (exploração do trabalho) e da opressão nacional (exploração das nações imperialistas sobre as semicolônias).

A riqueza das potências, na fase do capitalismo imperialista, depende da exportação de capital financeiro, com o qual mantém as nações atrasadas submissas. Não é por acaso que todos países semicoloniais têm uma dívida com os banqueiros internacionais impagável e que serve de fonte de expropriação eterna de riqueza, através de juros, amortizações etc.

Se algum país decretar o não pagamento da dívida, estará rompendo com o sistema financeiro internacional e iniciando um choque antiimperialista com as potências. Trata-se, portanto, de uma medida revolucionária, a não ser que seja uma farsa, como as moratórias e renegociações.

Poderá a burguesia de um país semicolonial chegar ao ponto de ruptura antiimperialista? Dizemos que não. As burguesias nacionais dos países atrasados estão completamente subordinadas à burguesia imperialista.

Somente a classe operária, unida à maioria explorada, pode assumir a ruptura antiimperialista. Isso porque é a classe responsável pela criação de riqueza, que recebe todo peso da exploração, inclusive da opressão nacional, e que caminha por destruir a sociedade de classe.

Se não se tem uma clara caracterização da dívida externa e das relações de

classe não se pode empunhar seriamente a bandeira de "não pagamento da dívida externa". É o que está ocorrendo com a campanha demagógica dos reformistas em relação à Consulta Popular sobre se o Brasil deve ou não pagar a dívida e se se deve ou não fazer uma investigação (auditoria) sobre a dívida.

Os trabalhadores arcam com o saque imperialista

O governo e a burguesia brasileira pagam os credores prejudicando a economia e, principalmente, sacrificando a vida das massas. O aumento da exploração, rebaixamento salarial e desemprego crescente têm servido aos interesses dos credores.

A reforma neoliberal (pró-imperialista) de FHC é constituída por um conjunto de medidas que descarregam o saque imperialista sobre a maioria oprimida. O salário mínimo é um dos mais baixos da história; a "flexibilização do trabalho" facilita aos capitalistas demitirem em massa; as mudanças na previdência alongam a exploração, elevam a contribuição e impossibilitam uma grande parcela de se aposentar; a escola e a saúde públicas estão sendo deterioradas; a gigantesca carga tributária é desfechada sobre o povo; a liquidação das estatais fortalece o poder das multinacionais; e os camponeses enfrentam a expulsão de suas terras.

Em resumo, os capitalistas brasileiros alimentam o parasitismo do capital internacional com a fome e miséria da maioria. É verdade que também a burguesia interna sofre conseqüências com a desnacionalização, concorrência e concentração monopolista sob o comando das multinacionais. Mas essa é a condição para sustentar o capitalismo, que se desintegra mundialmente, por isso a burguesia semicolonial é entreguista.

O principal está no impacto da opressão imperialista sobre a vida da classe operária, dos camponeses e da classe média pobre. Esta é uma forte razão para os explorados se livrarem do domínio político dos partidos burgueses, das ilu-

sões no parlamento, nos governos, e tomarem em suas próprias mãos as tarefas históricas do país.

Ligar a bandeira do não pagamento da dívida a outras tarefas antiimperialistas e com as reivindicações imediatas das massas

A campanha unicamente em torno do não pagamento da dívida externa refilete a ilusão de que setores prejudicados da burguesia estariam propensos a rechaçar os condicionamentos do imperialismo. Pior ainda é a campanha pela auditoria da dívida, pois supõe a possibilidade de que parte da dívida pode ou deve ser paga. A tarefa é a de organizar o movimento de massa contra a opressão imperialista e suas conseqüências sobre a vida dos explorados, assumindo clara e firmemente a bandeira do não pagamento.

A campanha tem de ser diretamente pelo não pagamento da dívida, e ligada a um conjunto de reivindicações, como recuperação das estatais privatizadas, sob o controle dos trabalhadores, derrubada integral do Plano de desestatização, salário mínimo real, escala móvel das horas de trabalho, eliminação de todas medidas de FHC contrárias à vida dos explorados, expropriação dos latifúndios, entrega das terras aos camponeses, expropriação dos monopólios e controle operário da produção.

Trata-se de uma plataforma de combate à burguesia entreguista e ao seu governo pró-imperialista, pela via da luta de classe. Portanto, sob a estratégia da conquista de um governo operário e camponês, da ditadura do proletariado.

A questão estratégica da independência nacional

A visão reformista de que diante da opressão nacional a tarefa consiste em renegociar a dívida externa e outros acordos de forma a não romper com o capital internacional não leva à independência nacional. É falso o pressuposto de

que um governo democrático e popular (portanto um governo de sustentação do capitalismo) poderá renegociar soberanamente os limites da opressão imperialista.

O Brasil e todos os países atrasados não puderam completar a independência nacional e não poderão completá-la sob o regime mundial imperialista. Os governos semicoloniais, por mais democráticos que sejam e por mais que tenham interesse de impulsionar as forças produtivas fazendo reformas populares, não terão como exercer a soberania plena e deixar de expressar a submissão da burguesia interna. A independência nacional é uma das tarefas democráticas que a burguesia semicolonial não resolveu, e que passou historicamente para as mãos da classe operária.

Há outras tarefas dessa natureza no Brasil, como a liquidação dos latifúndios, eliminação dos desequilíbrios regionais (unidade nacional plena), fim do analfabetismo etc. Como se vê, são pendências nacionais do capitalismo atrasa-

do.

A luta antiimperialista, qualquer que seja a bandeira, coloca objetivamente a necessidade de impor a independência nacional. E esta será uma conquista revolucionária da classe operária unida aos camponeses e às camadas pobres da classe média urbana. Eis por que só se pode ser conseqüente na campanha antiimperialista se se colocar a estratégia do governo operário e camponês, da revolução e ditadura proletárias.

Convocar assembléias e organizar comitês de frente única antiimperialista

A classe operária e demais oprimidos assumirão a luta contra a sangria do país através dos seus métodos próprios de luta. Um plebiscito vindo de cima, condicionado pelo jogo eleitoral e voltado a estritas pressões parlamentares não será um canal de organização do movimento de massa antiimperialista.

A posição de combate à opressão na-

cional implica colocar o problema nas mãos da classe operária, à frente da maioria nacional oprimida. Os sindicatos, CUT, UNE etc devem convocar assembléias para as bases discutirem, aprovarem as bandeiras e decidirem sobre as formas de luta.

A classe operária deve estar na direção do movimento antiimperialista, empunhando o programa e impulsionando a formação dos comitês em todo país. A campanha contra o saque imperialista, a fome e a miséria, movida pelas assembléias e comitês, permitirá organizar uma frente única antiimperialista.

Chamado aos trabalhadores

O Partido Operário Revolucionário chama os operários, camponeses, demais oprimidos e a juventude a empunharem a bandeira de não pagamento da dívida externa, exigirem assembléias, formarem comitês de base e organizarem a frente única antiimperialista.

O que se estará votando na consulta popular sobre a dívida interna e externa?

O modelo de cédula do plebiscito que ocorrerá de 2 a 7 de setembro mostra que o povo não estará sendo convocado a dizer claramente NÃO ao pagamento da dívida interna e externa.

Sobre a dívida externa, a formulação é a seguinte: "O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988?". Como se vê, o plebiscito não é para dizer se está a favor ou contra o pagamento da dívida externa. Mas sim dizer se quer ou não uma *auditoria pública* para se saber se se continua a pagar ou não a dívida, ou parte dela. Isso de se fazer uma auditoria é uma farsa dos promotores da consulta popular. Não é preciso nenhuma auditoria, porque se trata do saque imperialista contra um país semicolonial. A auditoria é a política de conciliação com a burguesia nos marcos das instituições democrático-burguesas (eleições, parlamento etc.).

Sobre a dívida interna, diz: "O governo federal, estadual e municipais devem

continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?". Também nesse caso a pergunta da consulta não é taxativa pelo não pagamento da dívida interna correspondente ao parasitismo dos especuladores. É sabido que a monumental dívida interna alimenta os banqueiros. A formulação da consulta popular pede que apenas uma parcela seja destinada aos especuladores, portanto não se coloca contra o parasitismo do capital financeiro.

Sobre o FMI, diz: "O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI?". Embora seja a formulação mais clara, porque pergunta se deve ou não manter o acordo com o FMI, não concebe a posição de ruptura total com os organismos do imperialismo. Não se trata apenas desse acordo, mas de todo e qualquer acordo com o imperialismo que subjuga o país e compromete a soberania.

A cédula confeccionada por "representantes de 20 Estados e de entidades

como a CNBB, Conic, CUT, Central de Movimentos Populares, UNE, Contag, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores, das pastorais sociais, da Federação dos sindicatos de engenheiros, Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)" expressa uma frente política nacionalista. Por isso, colocam a dívida interna e externa e suas conseqüências sociais como equacionáveis pelo próprio Estado burguês.

Não se trata de um movimento revolucionário antiimperialista, que como tal se apóia na luta direta das massas contra a burguesia entreguista e seu governo. Não é por acaso que o plebiscito não apregoa uma ruptura total com o imperialismo e não é tomado como um ponto de partida para organizar o movimento de massa. O plebiscito é tratado como um fim em si mesmo, que culminará com mais uma atividade religiosa, como o "grito dos excluídos", em Aparecida do Norte.

Como se pronunciar no plebiscito

- Defesa da luta direta das massas contra o governo pró-imperialista
- Derrubada integral do plano anti-nacional e antipopular de FHC
- Não pagamento da dívida externa
- Salário Mínimo de 1900 reais, escala móvel das horas de trabalho
- Fim do latifúndio, terra aos camponeses

- Convocar assembléias em todos os sindicatos, fábricas, bairros, escolas etc.
- Constituir a frente única antiimperialista sobre a base de comitês

O saqueador BIRD exige o aprofundamento das reformas pró-imperialistas

No recente relatório do BIRD (Banco Mundial) foi divulgado o alto endividamento dos países capitalistas atrasados. O Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Bósnia, Gabão etc foram considerados “severamente” endividados. A pesquisa se concentrou em 76 países e classificou 24 países como “moderadamente”; 41, “pouco” e 11, como “severamente” endividados. Para o BIRD, os maiores endividados são aqueles em que a dívida externa é mais do que 2,2 vezes as exportações ou ultrapassa 80% do valor do PIB.

A preocupação do saqueador é como esses países irão pagar a volumosa dívida. Suas economias foram brutalmente espoliadas com os planos neoliberais. As fronteiras nacionais foram escancaradas para que as nações imperialistas pudessem descarregar o peso da crise do sistema capitalista. As empresas estatais foram entregues ao grande capital e todo o dinheiro das privatizações se destinou ao pagamento dos juros da dívida externa. A violência dos Planos atingiu em cheio as já débeis economias nacionais. Os países se tornaram mais pobres e

mais submetidos à opressão dos credores imperialistas.

No caso do Brasil, a dívida externa equivale a 366% das exportações. O seu pagamento custará mais submissão aos acordos com o capital financeiro mundial. No sistema de exploração do trabalho, cabe às massas trabalhadoras o peso dessa brutal dívida. O governo assumirá os compromissos com os banqueiros imperialistas às custas da ampliação do arrocho salarial, do desemprego e da miséria de milhões de brasileiros.

20 de agosto

60 anos da morte de Leon Trotsky

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

À classe operária, aos camponeses pobres, à juventude e a todos oprimidos

Em 20 de agosto de 1940, Trotsky teve sua vida cortada pelas mãos de um agente da GPU, polícia política do regime estalinista, que transformou a ditadura do proletariado em uma ditadura da casta burocrática. O assassino Jacson Monard foi preparado, por ordens de Josef Stálin, para eliminar seu mais duro e proeminente adversário, que se achava exilado e confinado no México.

O assassinato de Trotsky foi o ponto mais alto de uma feroz perseguição de Stálin e seus asseclas contra os opositores, principalmente aos vinculados à Oposição de Esquerda. Os processos de Moscou (1936/38), que pretenderam dar uma máscara de legalidade à perseguição estalinista, logo se mostraram falsos e não puderam acobertar o significado

contra-revolucionário da ditadura de Stálin. Centenas de abnegados e fiéis militantes marxistas-bolcheviques foram presos, torturados e muitos deles executados.

A expulsão de Trotsky do Partido Comunista Russo, seu confinamento interno, depois sua expulsão da União Soviética, sua perseguição pela GPU em território estrangeiro, a campanha de difamação internacional de que se tratava de um agente do imperialismo, nada disso o fizera se curvar. Pelo contrário, os escritos de Trotsky e sua militância na Oposição de Esquerda Russa até 1929 e depois na Oposição de Esquerda Internacional mostraram que suas convicções marxistas se reforçaram. Agora, calçados na experiência da revolução proletária de Outubro e na assimilação do pensamento de Lênin.

Stálin procurou desqualificar Trotsky como um dos mais importantes líderes da Revolução Russa e contra-

pô-lo às formulações de Lênin. Mais do que isso, mascarou-se de leninismo para combater a reação de Trotsky contra a revisão do programa internacionalista e a destruição do funcionamento centralista democrático do partido.

Stálin conseguiu constituir uma camarilha na direção do PCUS, logo após à morte de Lênin, apoiada numa fração burocrática e arrivista do partido, que lançou toda sorte de confusão política e difamação contra as posições de Trotsky. Posições frente aos problemas econômicos do regime socialista nascente (fase de transição), à luta de classe interna que perdurava e assumia novas formas, bem como à estratégia do Estado Operário diante do movimento operário internacional e das ameaças da burguesia imperialista.

Dois linhas se armaram no interior do PCUS:

A de Stálin que apregoava o desenvolvimento do “socialismo em um só

país”, uma tática de aliança com frações da burguesia internacional em detrimento do avanço revolucionário do proletariado, uma política econômica de zigzague frente aos camponeses médios e ricos, que foi da colaboração pró-capitalista ao morticínio de milhões para impor a socialização forçada, e um regime partidário de culto à personalidade e eliminação da democracia operária.

E a de Trotsky que defendia que só o avanço da revolução internacional poderia quebrar o cerco capitalista ao novo regime social, que, embora tivesse mostrado seu potencial transformador, não poderia se manter isolado por muito tempo, e nem tinha como desenvolver plenamente a propriedade coletiva dos meios de produção a ponto de superar as formas mais avançadas sob o domínio do capital monopolista (imperialista). Com essa posição, combateu a formulação do “socialismo em um só país”, apresentada por Stálin como genuinamente leninista. Quanto ao desenvolvimento econômico e a questão camponesa, formulou um plano de desenvolvimento da indústria como condição para avançar a socialização no campo, sem que fosse imposto à força aos camponeses, ainda apegados à propriedade, e potenciar as forças produtivas como um todo. Sem, contudo, desconhecer que as forças produtivas sob a propriedade coletiva não poderiam avançar a ponto de alcançar a capacidade dos países capitalistas adiantados (potências imperialistas), caso estas não se interligassem com países desenvolvidos onde o proletariado expropriasse a burguesia, como o ocorrido na Rússia.

Trotsky não admitia separar as medidas conjunturais e internas das estratégicas, que diziam respeito à revolução socialista em outros países. Significava que o fortalecimento das conquistas da Revolução necessitava tanto de uma política econômica interna acertada quanto das respostas à luta de classe internacional através da III Internacional. Os rumos da União Soviética dependiam, em última instância, da luta do proletariado mundial contra a burguesia de cada país. A linha estalinista se opunha diametralmente a esta premissa marxista-leninista, como se verificou na atuação da III Internacional (já estalinizada) frente à revolução chinesa (1927),

ao levante do operariado inglês (greve geral de 29), à guerra civil na Espanha de 36 (traição das frentes populares), à ofensiva nazista (acordo com Hitler em 1939, orientação ultraesquerdista ao partido comunista alemão) etc.

Trotsky explicará que o burocratismo e o reacionarismo de Stálin correspondiam “ao distanciamento cada vez maior entre a linha política da direção e as perspectivas históricas do proletariado”. Tal contradição expressava as pressões das classes não proletárias. O atraso da revolução mundial prejudicava o fortalecimento do Estado Operário frente aos ataques da burguesia mundial e impulsionava as tendências retrógradas sobre as quais o estalinismo se apoiava e incentivava.

Na luta por recuperar o poder da classe operária sobre o Estado e sobre a política da III Internacional, que passou a sofrer revisão desde o V Congresso (julho/agosto 1924), Trotsky chega à conclusão de que “não temos diante de nós simples derrotas do proletariado, mas sim derrotas da política da Internacional Comunista”. Diria isso, dirigindo-se ao VI Congresso da Internacional, em 1928.

A política de colaboração de classe e traição do estalinismo favoreceu à burguesia internacional, que “aproveitou para consolidar suas posições econômicas”. Tratava-se, para o imperialismo, dissolver as tendências revolucionárias do pós-guerra e reequilibrar suas forças frente à derrota sofrida com a revolução proletária na Rússia. A revisão programática levada a cabo por Stálin e a errada política interna desnortearam o movimento revolucionário. A tremenda perseguição aos trotskyistas e toda sorte de mutilação da democracia interna do partido afastaram a influência do proletariado na condução do país.

Os acontecimentos mostraram, inclusive os da atualidade, o acerto da crítica de Trotsky de que “sem política internacional justa todos os êxitos econômicos possíveis da URSS não salvarão a Revolução de Outubro e não nos levarão ao socialismo”. Sua crítica será mais precisa ainda: “sem política internacional justa não pode haver tampouco política justa nos assuntos interiores, pois a linha é a mesma”.

Só uma mente pró-capitalista não vê o acerto da luta de

Trotsky contra o revisionismo contra-revolucionário de Stálin e sua importância para recompor a vanguarda mundial na tarefa de superar a “crise de direção” demonstrada no Programa de Transição da IV Internacional. A linha do “socialismo em um só país” introduziu os germes da restauração capitalista na União Soviética, hoje desmembrada em Estados enfraquecidos, marcados por lutas nacionalistas retrógradas e submetidos às incursões do capital imperialista. E levou à destruição organizativa da III Internacional, com sua dissolução em 9 de junho de 1943, resultado do processo de adaptação da burocracia estalinista às pressões do imperialismo dito democrático, em referência ao imperialismo nazi-fascista.

Até 1933, Trotsky orientou a Oposição de Esquerda Internacional a trabalhar pela derrota de Stálin e recuperar a III Internacional. Mas, nesse ano, ficou evidente a degenerescência completa da Internacional, ao orientar erradamente o PC alemão e capitular frente à ascensão de Hitler. Colocava-se a necessidade de construir uma nova organização mundial, a Quarta Internacional. Em 3 de setembro de 1938, depois de uma ampla discussão no seio da Oposição Internacional, veio à luz o Programa de Transição, com o qual se fundou a IV Internacional.

Como vimos, 5 anos depois, a quadrilha estalinista, por um decreto do Comitê Executivo, dissolveu a III Internacional. Novamente, Trotsky mostrou seu profundo conhecimento do processo histórico e das leis que o sustentam. O Programa de Transição levanta-se como uma trincheira em meio a uma situação de avanço da barbárie capitalista (crise econômica mundial, fascismo, 2ª Guerra) e de reação política no seio do movimento operário (colaboração do Estado Operário degenerado com o imperialismo, capitulação dos PCs, frentes populares, destruição física de revolucionários, destruição da III Internacional etc).

No quadro de decadência do capitalismo imperialista, de guerra, revoluções e contra-revoluções, de triunfo da linha restauracionista, liquidação definitiva do partido bolchevique e burocratização dos PCs em toda parte, a IV se levanta com a bandeira do marxismo-leninismo-trotskyismo, empunhando a estratégia da revolução e ditadura proletária

rias. É certo que nasceu organizativamente fraca, espelhando o pequeno desenvolvimento de suas secções no movimento operário, mas poderosa quanto ao seu programa. Não há nenhuma outra posição que materialize a luta contra o estalinismo, tanto no campo teórico quanto prático, como a Oposição de Esquerda Russa, a Oposição Internacional e a IV Internacional. Muitas foram as vítimas da ditadura termodoriana de Stálin, mas o centro de seu terror foram as posições teóricas, políticas e táticas de Trotsky, em síntese, sua defesa do programa marxista-leninista que levou o proletariado russo ao poder e construiu a III Internacional em oposição à degenerada II Internacional social-democrata e pró-imperialista.

Trotsky foi um homem que desde muito cedo lutou nas trincheiras

da revolução russa, se formou no mais rigoroso princípio internacionalista e lutou na trincheira da oposição contra a ditadura restauracionista de Stálin.

Este manifesto, dedicado aos 60 anos da morte de Trotsky, objetiva trazer à classe operária, ao camponeses pobres, a todos explorados, à vanguarda militante e à juventude um chamado para tomar lugar na trincheira da luta de classe de nossos dias. O estalinismo, em colaboração com a burguesia, soterrou muitas das trincheiras abertas pelo proletariado mundial no campo prático, mas não pôde fazê-lo no terreno da teoria e do programa. Está aí a trincheira do Programa de Transição, da teoria da revolução permanente, da tática da frente única, da defesa das reivindicações vitais das massas e da aplicação do materialismo histórico.

O estalinismo deformou e prostituiu a vanguarda organizada nos partidos comunistas, deformando e prostituindo o marxismo leninismo, mentindo e difamando o trotskismo, perseguindo e assassinando revolucionários. Mas não teve como sustentar essa obra contra-revolucionária, como vemos na putrefação dos partidos comunistas estalinizados, completamente aburguesados. Não teve como eliminar a necessidade de pôr em pé novos partidos do proletariado, erguidos sob o Programa de Transição.

Por mais difícil que seja nossa tarefa de superar a crise de direção, ela se impõe como contingência em meio ao avanço da barbárie capitalista.

Viva a IV Internacional!

Partido Operário Revolucionário

Quem foi Trotsky

Leon Davidovich Bronstein (Trotsky) nasceu em 7 de novembro de 1879 em Yanovska (Ucrânia) e morreu assassinado por um agente estalinista em Coyoacan (México), em 20 de agosto de 1940. Em 1896 intervém em um círculo de orientação populista. 1897: colabora na fundação da União Operária do sul da Rússia, é preso no ano seguinte e deportado para a Sibéria. 1902: foge da Sibéria com o nome de Trotsky e se encontra com Lenin em Londres, o que lhe permite colaborar no jornal Iskra. 1903: participa em Bruxelas no 2º congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), o qual sofrerá uma divisão entre mencheviques e bolcheviques. Por breve tempo, colabora no Iskra controlado pelo mencheviques, com quem logo se diferencia politicamente. 1904: publica "Nossas tarefas políticas", onde repudia a idéia menchevique de aliança com os liberais. 1905: participa na revolução e chega dirigir os soviets de Petrogrado. Publica com Parvus e Martov o periódico "Natchalo". É preso e encarcerado na fortaleza Pedro e Paulo. 1906: escreve "Balanço e Perspectivas", onde expõe a teoria da revolução permanente. 1907, deportado para a Sibéria, foge para a Europa e permanece em Viena até vésperas da 1ª guerra mundial. 1912, tentativa frustrada de unir, em uma Conferência, todas as tendências social democratas ("bloco de agosto"). 1915. participa na Conferên-



cia de Zimmerwald. 1916, preso na França, expulso para a Espanha, embarca para Nova York. 1917, em 17 de maio retorna à Rússia; a proposta dos bolcheviques é incluída no Comitê Executivo do soviet de Petrogrado; dirige o "grupo interdistrital" (revolucionários à margem dos bolcheviques e mencheviques); em julho incorpora-se no Partido Bolchevique e é eleito para o Comitê Central (CC); em setembro preside o soviet de Petrogrado; assume a direção do Comitê Militar Revolucionário, que joga importante papel na preparação e direção da revolução de outubro; Comissário do Povo para Assuntos Exteriores, delegado para nas negociações de Brest Litovsk, problema com o qual entra em choque com a fração radical e com Lenin. 1918, Comissário para a Guerra e começa a construção do exército vermelho.

1919, participa no congresso de fundação da Internacional Comunista (IC). 1920, dirige a ação que põe fim à insurreição de Kronstadt; no ano seguinte, dirige de Lenin sobre os sindicatos. 1923, publica "O Novo Curso", que é um ataque à burocratização do partido; critica a atitude da IC durante a crise Alemã. 1924, publica "As Lições de Outubro", um ataque à troika Stalin/Zinoviev/Kamenev. 1925, é destituído de suas funções de Comissário para a Guerra e é nomeado presidente da Agência Científica e Técnica da indústria. A Oposição de 1923 cessa toda atividade. 1926, se constitui a "Nova Oposição" (a oposição trotskysta aliada à dirigida por Zinoviev e Kamenev). 1927, critica o estalinismo sobre a questão chinesa; expulso do Comitê Executivo da IC e do CC do Partido russo. Publica a Plataforma da Oposição. 1928, deportado a Alma-Ata; escreve "A Revolução Permanente" e critica o programa da IC (VI Congresso). 1929, expulso da URSS para a Turquia. 1932, privado da cidadania soviética. 1933, depois da chegada de Hitler ao poder e da capitulação sem batalha do PC alemão e da IC, proclama a necessidade de construir a IV Internacional. 1937, estabelece-se no México. 1940: em maio, a GPU, auxiliada por Siqueiros, atenta contra sua vida, mas sem êxito.

(Extraído do Dicionário Político, Histórico e Cultural, de Guillermo Lora)

O que é preciso compreender das lições deixadas por Trotsky

Desde muito jovem, Trotsky uniu o estudo revolucionário das obras de Marx-Engels com a militância no movimento social. Assim se destacou como teórico marxista e organizador do proletariado russo. Dedicou-se inteiramente à tarefa histórica de destruir a sociedade de classe, deixando-nos a exemplar conduta do verdadeiro revolucionário profissional no sentido dado por Lenin daquele que dedica toda a sua vida a organizar a revolução proletária. Isso explica porque Trotsky ocupou o lugar de primeira magnitude na Revolução Russa.

Sua trajetória não esteve isenta de erros, como o de não compreender as razões organizativas e programáticas que separavam o menchevismo do bolchevismo, embora nunca tenha assumido posições mencheviques, como o estalinismo procurou caracterizar sua militância progressa. Entretanto, como marxista, foi capaz de reconhecer os erros e as críticas de seu companheiro Lenin. O fundamental de todo o seu pensamento se mostrou de acordo com a realidade, tanto na fase preparatória da Revolução Russa quanto depois do seu

triumfo e ascensão do revisionista Stalin. No mundo inteiro ganhou admiração e respeito pela classe operária. A contra-revolução estalinista (Termidor) procurou manchar sua vida, acusando-o de coisas mais vil e absurdas, como a de ser agente do imperialismo e da CIA.

Como militante da Revolução Russa, foi preso, deportado e evadiu-se da prisão para continuar a militância. Fez do calabouço o lugar de conspiração, estudo e produção de idéias revolucionárias. Nunca se curvou frente a chibata da polícia política do Czar. Depois da conquista do poder e fazendo parte do governo operário e camponês teve de enfrentar a feroz perseguição da camarilha estalinista. Foi destituído do governo, do partido e da direção da Internacional; foi preso, exilado e deportado da Rússia, no exterior continuou sofrendo a perseguição da polícia política de Stalin e dos governos capitalistas, finalmente, foi assassinado covardemente por um agente da GPU, que se passou por amigo. Como réptil, Jacson Monard penetrou na casa em que Trotsky estava confinado, em Coyacan, México, e, depois de toda

uma preparação tirou-lhe a vida com um golpe na cabeça. Trotsky ainda lutou com seu assassino. Morreu como um defensor da revolução socialista mundial, criador da IV Internacional, redator do Programa de Transição e elaborador da sólida teoria marxista.

Suas últimas palavras, impressas no seu testamento de 27 de fevereiro de 1940 e no pós-escrito de 3 de março de 1940, foram "Posso ver a larga faixa de verde sobre o muro, sobre ele o claro céu azul e por todos os lados, a luz solar. A vida é bela. Que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda a opressão, de toda a violência e possam gozá-la plenamente". (...) "morrerei com uma fé inquebrantável no futuro comunista. Esta fé no homem e em seu futuro dão-me, mesmo agora, uma força de resistência como religião alguma poderia me fornecer".

Todo operário e revolucionário tem o dever de assimilar suas posições, como parte das conquistas do socialismo científico de Marx, Engels e Lenin e trabalhar pela construção do Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional).

Mossoró/RN

O livro A Revolução Traída de Léon Trótsky é estudado na Casa dos Estudantes de Mossoró (CEM)

O livro *A Revolução Traída* foi editado em 4 de agosto de 1936.

Neste livro, Trótsky mostra a contradição entre o desenvolvimento econômico produzido pelas novas relações de produção, que permitem às forças produtivas crescerem mais rápido do que durante o período ascendente do capitalismo. E a dominação do social, político e cultural da burocracia. Acrescenta que ela é um empecilho no desenvolvimento econômico.

Trotsky sublinha também neste livro os principais motivos de não se ter conseguido a implementação do socialismo na Rússia. Nos próximos números do Jornal, publicaremos as principais idéias dos capítulos estudados até agora.



62 anos da fundação da Quarta Internacional

A IV Internacional vive no Programa de Transição

No dia 3 de setembro de 1938, em Périgny, uma pequena localidade próxima de Paris, realizou-se a Conferência de fundação da IV Internacional. A crise geral do capitalismo vinha progredindo desde da quebra da Bolsa de Valores, em 1929. Já em 38, o nazi-fascismo se mostrava consolidado como uma das tendências da burguesia mundial, tendo à frente a poderosa Alemanha.

Em janeiro de 1933, Hitler constituiu um governo de coalizão nacional, fortalecendo o nazismo. Manifestava-se a tendência bélica do capitalismo na fase imperialista.

A aceitação da política de Stálin, contrária à formação de uma frente única com a social-democracia alemã contra o nazismo, fez com que Trotsky caracterizasse a III Internacional perdida para a revolução. Até esse momento, a Oposição Internacional de Esquerda se reivindicava fração da III Internacional, tendo por objetivo derrotar Stálin. A negação da frente única na Alemanha, sem nenhuma reação no interior da III Internacional, indicou que o estalinismo passou a jogar um papel abertamente contra-revolucionário.

A política de Stalin na Alemanha foi consequência radical da revisão do programa do Partido Bolchevique e da destruição dos princípios organizativos do partido marxista. Stálin renegou o internacionalismo proletário, substituindo-o pela visão de "socialismo em um só país" e pela política de convivência pacífica com o imperialismo. No que se refere ao partido, implantou o centralismo burocrático no lugar do centralismo democrático, ou seja, eliminou a democracia operária. No discurso sobre sua expulsão do Comitê Central, pronunciado em 23/outubro de 1927, Trotsky mostrou que "o regime de repressão dentro do partido é uma consequência inevitável de toda política dos dirigentes". E que nas "costas dos burocratas extremos se levanta a burguesia interior, que começa a despertar, e nas costas desta, a burguesia mundial".

Já em 1923, Leon Trotsky formou a Oposição de Esquerda para defender a política internacionalista e combater a fração de Stalin nacional-socialista, que direcionava para a restauração capitalista. Na plataforma da Oposição de

Esquerda, Trotsky mostrou que a política econômica do estalinismo incentivava as tendências capitalistas no campo, engendradas por milhões de pequenas propriedades. Explica que "a lenta marcha de nossas indústrias acelera enormemente o ritmo das diferenciações de classe entre os camponeses e os perigos políticos derivados delas". Colocava a necessidade de combater a casta de camponeses ricos responsáveis pela persistência do processo de acumulação de capital, ainda que na forma de acumulação primitiva. Sob essa análise, a plataforma da Oposição defende uma política econômica voltada ao fortalecimento da produção coletiva em grande escala e na mais moderna técnica, como havia formulado Lenin. Conclui: "O fator decisivo para apreciar o progresso de nosso país pelo caminho da construção socialista deve ser o desenvolvimento de nossas forças produtivas e o predomínio dos elementos socialistas sobre os capitalistas, unido a um melhoramento de todas as condições de existência da classe operária".

Trotsky demonstra que a política estalinista de fortalecimento do camponês rico e comerciantes, em detrimento da indústria coletivizada, provocava uma profunda deformação na democracia proletária, implantada nas primeiras horas da revolução pelos organismos soviéticos (conselhos). Cada vez mais o aparato burocrático do Estado afastava a influência dos soviets operários sobre o poder de decisão e condução da política econômica. Trotsky denuncia que "estão se convertendo em meros complementos dos comitês executivos e dos presidenciais" e que "a discussão dos problemas nas assembléias gerais dos soviets é um mera imitação de discussão". A plataforma defende: "converter os soviets urbanos em órgãos reais do poder proletário e em instrumento para a introdução das grandes massas de operários na tarefa da administração da obra socialista: realizar, não em palavra, mas de fato, o controle dos soviets das cidades nos comitês executivos provinciais e nos órgãos sujeitos a estes comitês".

Diante de posições tão bem fundamentadas, a burocracia estalinista ampliará a repressão à Oposição de

Esquerda. Chegará até os Processos de Moscou e desfechará o terror burocrático-policia com prisões e assassinatos dos opositores. Trotsky será perseguido sem trégua, até seu assassinato em 20 de agosto de 1940, dois anos depois da fundação da IV Internacional.

A política de "socialismo em um só país" confirmou as previsões de Trotsky de que as conquistas da revolução seriam destruídas pela restauração capitalista. Em 1943, em plena II Guerra, o Comitê Executivo da III Internacional dissolve-a.

O primeiro passo para sua liquidação foi dado com a revisão do programa e da linha política dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional (1918, 1919, 1920 e 1921), o segundo consistiu traçar a política e a tática erradas para o movimento internacional e o terceiro se deu ao submetê-la a uma das frações do imperialismo, considerado democrático.

Como se vê, a Quarta Internacional nasceu da liquidação definitiva do internacionalismo proletário por Stalin. O empenho de Trotsky em construir um novo Partido Mundial da Revolução Socialista, como foi a III Internacional da época de Lênin, continua em pé. Para isso, Trotsky nos deixou como legado o Programa de Transição, que tem por subtítulo "A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional". Diante da monumental crise em que o mundo capitalista está metido e da barbárie social claramente exposta pelo regime de exploração do trabalho e opressão nacional, o Programa de Transição comparece como resposta histórica, enquanto que o estalinismo comparece como serviçal do imperialismo, espelhando o desmoronamento da Rússia e a miséria do proletariado mundial.

O futuro da humanidade depende das revoluções proletárias. Estas levarão em grande escala histórica ao regime econômico e social comunista. Enquanto perdurar o capitalismo e sua forma imperialista as massas só conhecerão a barbárie. Enquanto isso, é dever das gerações revolucionárias não descansarem um só segundo frente à tarefa de destruir a sociedade de classe.

Viva a IV Internacional!

Mãos à obra pelo Partido Mundial da Revolução Socialista!

Atuação de Trotsky no VI Congresso da III Internacional

Em 1928, data de realização do VI Congresso da Internacional Comunista, Trotsky redigiu uma análise crítica da política e do programa, orientados pelo seu inimigo Josef Stalin. O texto consta de duas partes: "E Agora? Carta ao VI Congresso da Internacional Comunista"; "Crítica do programa da Internacional Comunista". Posteriormente, escreveu dois outros textos: "Balanço e Perspectivas da Revolução Chinesa - seus ensinamentos para os países do Oriente e para toda a Internacional Comunista"; "Quem dirige hoje a Internacional Comunista?". Esses manuscritos foram reunidos em um livro intitulado "Stalin, o Grande Organizador de Derrotas", com o subtítulo "A III Internacional depois de Lenin".

Trotsky relata, no prefácio, que o VI Congresso teve como um dos objetivos condenar o trotskismo "por unanimidade". Relata que a maioria dos participantes militava há pouco tempo e que nenhum havia participado na criação da Internacional Comunista. Portanto, expressava a "nova orientação política", cumprindo a função de "agentes do novo sistema de organização". Cabia a esses delegados recrutados a dedo pela burocracia estalinista confirmar a acusação de Stalin contra Trotsky de que havia "atentado contra os princípios leninistas".

Uma acusação absurda a quem atuou ao lado de Lenin nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, sendo responsável pela redação de manifestos, teses sobre o programa e a tática. No IV Congresso, Trotsky escreveu com Lenin o informe "sobre a situação da República dos soviets e as perspectivas da revolução mundial".

Os Quatro Primeiros Congressos da III Internacional ocorreram nos anos 18, 19, 20 e 21. Lenin morre em 1924. Stalin o sucede constituindo uma camarilha, que rapidamente impõe o curso de burocratização do partido e de eliminação progressiva do centralismo democrático. Depois de 4 anos, a realização do VI Congresso se dá sem a presença dos antigos quadros dirigentes do partido bolchevi-

que. Trotsky descreve assim a situação: "Se se examina a lista de delegados aos quatro primeiros congressos, isto é, a lista dos primeiros amigos da Revolução de Outubro, os mais abnegados, dos fundadores da Internacional comunista, dos colaboradores imediatos de Lenin no domínio internacional, se vê que, salvo algumas exceções, todos foram, desde a morte de Lenin, não só eliminados da direção mas também excluídos da Internacional comunista".

Como se vê, Stalin cuidou de eliminar todos aqueles que se formaram na escola do bolchevismo e, portanto, no pensamento rigorosamente marxista de Lenin.

Quando Trotsky escreveu a crítica ao revisionismo estalinista, que colocava a Internacional sob a política antimarxista do "socialismo em um só país", não objetivava lançar a construção de uma nova Internacional (IV Internacional). Entendia que se tratava de derrotar a fração estalinista no partido comunista russo e erradicá-la da III Internacional. Mas o revisionismo estalinista levaria a uma política de derrota dos movimentos revolucionários e de adaptação às pressões do imperialismo. O que rapidamente esgotou as esperanças de Trotsky em recuperar a III Internacional. A partir de 1933, a Oposição de Esquerda é orientada a construir a IV Internacional.

Os textos reunidos no "Stalin, o Grande Organizador de Derrotas" têm um valor programático inestimável para o proletariado mundial. Se é verdade que Trotsky não tinha pretensões em 1928 de construir a IV Internacional, a crítica ao revisionismo lançava as bases programáticas e táticas para essa tarefa, pouco mais tarde se colocaria inadiavelmente frente às traições de Stalin no quadro de ascensão do nazismo.

Stalin estava certo que Trotsky pretendia a IV Internacional, se consideramos que o revisionista via nas idéias do "trotskismo" (denominação dada pelo próprio Stalin) uma outra Internacional e não aquela dirigida pela orientação do

"socialismo em um só país".

Os fatos históricos mostram que os dois principais homens do Comitê Central do Partido Comunista Russo estavam em campos opostos. O triunfo de Stalin levaria à destruição da III Internacional e colocaria para a Oposição de Esquerda a constituição da IV.

Alguns trechos do "Stalin o Grande Organizador de Derrotas"

Sobre a burocratização do Partido Comunista*

"A origem principal do desenvolvimento do burocratismo no partido comunista da URSS e na Internacional comunista é o distanciamento cada vez maior entre a linha política da direção e as perspectivas históricas do proletariado.

Na medida em que diminuía a coincidência entre essas duas linhas políticas os acontecimentos refutavam cada vez mais à da direção, tornando-se cada dia mais difícil de aplicar com os métodos normais do partido, à luz da crítica, e mais necessário se fazia recorrer a impô-la de cima para baixo, através de procedimentos mecânicos e inclusive de governo.

Mas a separação cada vez maior entre a linha política da direção e a do proletariado, do ponto de vista histórico, o distanciamento da direção da linha política bolchevique, só pode se produzir sob a pressão das classes não proletárias..."(pág.24-25)

A defesa da Revolução Russa sob a estratégia internacionalista

"Não se pode separar a sorte da República dos soviets da revolução mundial (...). Se se carece de uma política econômica justa, a ditadura proletária na URSS afundará, não podendo esperar suficientemente para ser socorrida desde fora, e sua caída causará um dano infinito ao proletariado internacional. Se a Internacional comunista carece de uma política justa, a revolução mundial se atrasará por um

prazo histórico indeterminado, e é o tempo que decide. O tempo que a revolução internacional perde, a burguesia o ganha. A organização do socialismo é um partido jogado no terreno da luta de classe mundial, entre o Estado soviético e não somente a burguesia do interior, mas também a do mundo inteiro. Se a burguesia arrebatou do proletariado mundial um novo grande prazo histórico, baseando-se no poderoso avanço de sua técnica, de sua riqueza, de seu exército e de sua marinha, porá abaixo a ditadura soviética; saber se conseguirá por meios econômicos, políticos ou militares, ou por uma combinação dos três métodos, é já uma questão de ordem secundária". (página 35)

"(...) Sem política internacional justa todos os êxitos econômicos possíveis da URSS não salvarão a Revolução de Outubro e não nos levarão ao socialismo. Para falar mais exatamente: sem política internacional justa não pode haver tampouco política justa nos assuntos interiores, pois a linha é a mesma". (página 36)

O Internacionalismo como fundamento do programa proletário

"A hora do desaparecimento dos programas nacionais souo definitivamente em 4 de agosto de 1914. O partido revolucionário do proletariado não pode se basear senão em um programa internacional que corresponda ao caráter da época atual, de máximo desenvolvimento e desintegração do capitalismo. Um programa comunista internacional não é, muito menos, uma soma de programas nacionais ou uma amálgama de suas características comuns. Deve tomar diretamente como ponto de partida a análise das condições e das tendências da economia e da situação política do mundo, como um todo, com suas relações e suas contradições, isto é, com a dependência mútua que opõe seus componentes entre si. Na época atual, infinitamente mais que durante a precedente, só deve e pode se deduzir o sentido em que se dirige o proletariado desde o ponto de vista nacional da direção seguida no domínio internacional e não ao

contrário. Nisso consiste a diferença fundamental que separa, no ponto de partida, o internacionalismo comunista das diversas variantes do socialismo nacional". (página 80)(...)

Unindo em um sistema de dependências e de contradições países e continentes que alcançaram graus diferentes de evolução, aproximando os diversos níveis de seu desenvolvimento e depois afastando-os imediatamente, opondo implacavelmente todos os países entre si, a economia mundial se converteu em uma realidade poderosa que domina a dos diversos países e continentes. Esse fato, por si só fundamental, dá um caráter profundamente realista à idéia do partido comunista mundial. Levando a economia mundial em bloco ao mais alto desenvolvimento que se pode alcançar, baseando-se na propriedade privada, o imperialismo, como diz corretamente o projeto em sua introdução, 'agudiza extremamente a contradição que existe entre o crescimento das forças produtivas da economia mundial e as fronteiras que separam nações e Estados'". (página 81)

A Teoria da Revolução Permanente e a Revolução no Brasil

A maior contribuição de Trotsky para a luta revolucionária do proletariado internacional foi a sua defesa do marxismo contra a revisão estalinista. Trotsky não inventou, e sim sintetizou as teses da teoria da revolução permanente, que foi elaborada em sua essência por Marx e desenvolvida por Lênin.

Destacamos três idéias fundamentais:

Primeiro, nos países atrasados, em que o capitalismo não se desenvolveu plenamente, já não há mais lugar para esse desenvolvimento sob a direção da burguesia nativa, pelos limites impostos pelo capitalismo em sua fase imperialista. As tarefas democráticas pendentes, tais como a independência nacional, reforma agrária, direito à educação e saúde para todos etc. (tarefas que se chocam contra os interesses do capital externo) já não podem ser cumpridas pela burguesia nacional, por sua submissão ao imperialismo. Essas tarefas passam às mãos do proletariado, que tem de encabeçar a

nação oprimida para resolvê-las com os métodos da revolução proletária. Assim, as tarefas democráticas se fundem com as tarefas socialistas, não existindo separação entre luta revolucionária democrática e socialista.

No caso do Brasil, vemos que a opressão nacional e as demais tarefas democráticas dependem da luta antiimperialista, que se transforma em luta anticapitalista ou não acontece.

Segundo, a revolução se inicia nos marcos de um país, mas tem de se estender em nível internacional, ou seu isolamento a destruirá. Um sistema econômico só pode se implantar se mostrar-se superior ao seu antecessor. O capitalismo é um modo de produção internacional, então o socialismo não poderia retroceder aos marcos nacionais.

Concretamente, isso significa a necessidade da construção do partido mundial da revolução socialista, e ligação indissolúvel entre a revolução em nosso país com a revolução em outros

países. Hoje, apoiar a luta revolucionária na Bolívia, país em que as condições para a revolução estão mais favoráveis pela presença do partido revolucionário, é tarefa de primeira grandeza.

Terceiro, a revolução não se esgota na tomada do poder, este é apenas um primeiro passo. As classes sociais e o modo de produção não se extinguem instantaneamente com a destruição do Estado burguês. Abre-se um novo momento da luta revolucionária, em que cada medida de transformação trará em si elementos das lutas futuras. Esse processo se dará de forma permanente, até a extinção das classes e das fronteiras nacionais, ao chegarmos ao comunismo superior.

Uma das idéias centrais das teses é a necessidade da construção do partido. Este se baseia no programa, que tem de responder às particularidades nacionais como expressão da unidade mundial capitalista, e para isso as teses da revolução permanente são essenciais.

Timor Leste livre !

Após 500 anos de dominação estrangeira, o Timor Leste (pequena ilha de 15 mil quilômetros quadrados, metade do estado de Alagoas), ex-colônia de Portugal e ex-colônia da Indonésia, localizado ao norte da Indonésia entre o Pacífico e o Índico, palco de inúmeros conflitos internos, acaba de se tornar um país livre graças a ajuda "humanitária" (leia-se intervenção) da ONU. Alegando não ter nenhuma interesse maior, a ONU, braço diplomático e militar dos países imperialistas, resolveu "adotar" (leia-se ocupar) esta pequena ilha e fundar ali um país "livre" e "soberano", criando toda a infra-estrutura básica para seu "pleno" desenvolvimento.

Devemos dar um viva a esta iniciativa, como fez o governo FHC e toda esquerda reformista? Nossa resposta é não, pois tudo não passa de uma grande farsa armada pelos lacaios das Nações Unidas, incluindo o governo brasileiro.

Apesar do quadro caótico vivido pela população timorense atualmente, com guerras intestinas entre vários grupos (36 grupos), renda *per capita* de apenas 240 dólares, taxa de analfabetismo de 60%, desemprego na ordem de 70% e diversidade lingüística, não é para resolver estes problemas que a ONU se instalou em seu território. É importante ter claro que este quadro caótico de pobreza e conflitos é obra dos colonizadores, que, nestes 500 anos de dominação e exploração, oprimiram a classe trabalhadora, atendendo apenas a seus próprios interesses burgueses.

Bolívia:

Por que Banzer ainda se mantém no poder?

Muitos não conseguem solucionar este mistério.

Mas ao abriremos os olhos nos chocamos com esta realidade:

O governo não conta com uma sustentação política firme e leal.

A pegacoalização (megacoalização é o nome da frente governista de Banzer, como todos são corruptos o povo boliviano a chama de pegacoalização, nota do tradutor) está desgastada e seus movimentos são anulados pelas intensas discrepâncias internas, motivadas sobretudo pela briga entre suas facções para ver qual a que vai meter mais a mão no orçamento público.

A grande maioria do povo é anti-banzerista.

Devemos sublinhar que a grande maioria do povo é contrária à burguesia em geral (Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR; Movimento de Esquerda Revolucionário, MIR; etc.) E sabe que o governo atual irá inevitavelmente acentuar ainda mais a miséria.

Nem a burguesia apóia o mal governo de Banzer

A política governista, ditada pelas multinacionais (Estados Unidos) é contrária aos interesses da burguesia nativa. Esta não apóia a política de livre comércio, etc. Precisa de medidas protecionistas para sobreviver, mas Banzer não as pode conceder porque é um instrumento do imperialismo para saquear a Bolívia

Mas apesar disto tudo continua sendo governo

Isto enquanto as massas exploradas e oprimidas, ou seja, a nação subjugada pelo imperialismo, não alcançarem nestas atuais mobilizações o nível em que sua luta as projete abertamente para a conquista do poder político.

Somente a Revolução Proletária nos salvará da catástrofe.

(extraído do 'Masas' boliviano N.º 1725 de 11/08/2000)

Bolívia

O Que é Realmente a Autonomia Universitária

Entre as contribuições dos trotskistas bolivianos (POR) se encontram:

- A transformação da classe operária de instintiva em consciente (Teses de Pulacayo);
- A Assembléia Popular como um órgão de poder, que assinala o caminho até a ditadura do proletariado;
- A Frente Revolucionária Antiimperialista, a tática concreta para a luta pela revolução social (proletária) nos países de capitalismo atrasado e de economia combinada;
- A derrota ideológica, teórica, da burguesia boliviana, miserável, esfo-meadora e vendida;
- A transformação radical da autonomia universitária.

E a Autonomia Universitária?

- era uma reivindicação democrática burguesa, para libertar a Universidade do Clero e do controle esmagador dos partidos governistas. A reforma de Córdoba (1918) falava de um governo tripartite (professores, estudantes e funcionários). A autonomia universitária nasceu como autogoverno, independente do governo central.
- o processo da revolução universitária na Bolívia culminou nos anos 70, e se distinguiu por implantar o co-governo paritário docente-estudantil e a Assembléia Geral como Autoridade Suprema;
- é o trotskismo (URUS na universidade) que, ao culminar a evolução de seu pensamento nesta área, sustenta que o alcançado é na verdade o "Poder Estudantil", ou se se preferir a ditadura do setor que se converteu no mais importante;

Porque foi possível este aprofundamento e superação da Autonomia? Concretamente se deveu ao proletariado estar profundamente radicalizado, particularmente o mineiro, conquistando o cenário político e, desta forma, ganhando os estudantes;

A Universidade Nova será produto de uma sociedade nova. O Poder Estudantil é o caminho que conduz a este objetivo.

Se este processo se detém no meio do caminho ou se for derrotado, não haverá universidade nova e o processo desaparecerá até que desapareça a Autonomia.

(extraído do 'Masas' boliviano N.º 1724 de 28/07/2000)